



Educação Integral em

Organizações Sociais

Educação Integral em

Organizações Sociais

Iniciativa:



Parceiros:



Ficha técnica

FUNDAÇÃO VALE

**Diretor-executivo de Relações
Institucionais, Sustentabilidade e
Comunicação**

Luiz Eduardo Osorio

Presidência

Hugo Barreto

Gerência

Pâmella De-Cnop

Equipe

Ana Paula Coelho Hack

Andrea Prestes

Fernanda Fingerl

Livia Zandonadi

Maria Alice Santos

VALE

**Diretoria Executiva Sustentabilidade,
Comunicação e Relações Institucionais**

Luiz Eduardo Osorio

**Diretoria de Sustentabilidade e
Investimento Social**

Hugo Barreto

**Gerência Executiva de Investimento Social,
Cultura e Inovação**

Flavia Constant

ASSOCIAÇÃO CIDADE ESCOLA APRENDIZ

Direção Executiva

Natacha Costa

Coordenação de Programas

Raiana Ribeiro

Gestão de Projetos

Dayana Araujo

ESTAÇÃO CONHECIMENTO DE BRUMADINHO

Diretora-Presidente

Aurea Maria Costa da Silva

Coordenadora Executiva

Cristiane Vilela

Educadores

Alan Valter da Silva, Ana Caroline Lopes Porto, André Felipe Parreiras de Castro, Arthur Souza Parreiras, Claudia Ponciano Muniz, Cleuza Lucia de Moraes Lucio Silva, Debora Cristina Cardoso de Oliveira, Deivid Alexsander Silva Moraes, Edelson Brito dos Santos, Ednilson da Silva Pinto, Elivania Alves Andrade Moura, Giselle Prado Campos Teixeira, Ivaneth de Fatima Amorim Lopes, José Osvaldo de Souza, Katia Kelen de Oliveira, Manuza Conceição Lara Falleti, Maria Conceição de Souza, Maria da Assunção Assis Santos, Maria Madalena de Souza, Marlene Custodia de Aguiar, Michele Medeiros Faria, Monize Lara Utsch Falleti, Nubia Daria Ferreira Araújo, Paulo de Paula Sampaio, Pedro Henrique Borges Souza, Pedro Henrique Santana do Nascimento, Suellen Maciel Parreiras, Synthia Aparecida Silva, Thiago Philippe da Silva Simão, Vander Lucio de Aguiar, Wander do Prado Moura, Wemerson Aparecido Silva Pinheiro.

PUBLICAÇÃO

Coordenação da Publicação

Dayana Araújo e Raiana Ribeiro

Edição e revisão

Julia Dietrich

Projeto Gráfico

Gláucia Cavalcante

Diagramação

Willy Horizonte

Sumário

- 05 Apresentação
- 06 O direito à educação na e para além da escola
- 08 Diferentes formas de educar e aprender
- 17 Educação Integral: projeto coletivo e compartilhado
- 20 As OSCs e o Território Educativo
- 23 Saberes que transformam
- 31 Articulação, articulação, articulação!
- 35 Referências complementares

Apresentação

Nesta publicação iremos discutir três temas fundamentais para compreender como as Organizações Sociais atuam e devem atuar na perspectiva da Educação Integral. Inicialmente, apresentaremos o histórico das organizações sociais no Brasil, discutindo o contexto em que elas se formaram e como seus saberes devem ser articulados às escolas, ampliando e reforçando o direito à educação para todos e todas.

Em seguida, discutiremos qual o papel das organizações sociais na aprendizagem e desenvolvimento integral das crianças, adolescentes e jovens, retomando temas como a importância do território, o papel do educador como mediador das aprendizagens e culturas infantis e juvenis e a relevância dos diferentes espaços de uma cidade na construção de saberes necessários para a vida em sociedade.

Por fim, discutiremos como as organizações sociais podem se relacionar com as grandes temáticas e desafios contemporâneos, na garantia de direitos, enfrentamento às múltiplas desigualdades e reafirmação de que o educar e aprender devem acontecer em todos os espaços e tempos da vida cotidiana.

Mais do que conceitos estanques, essa publicação tem o objetivo de provocar você, leitor e leitora, a repensar como a inovação social se constrói na base, a partir de um profundo reconhecimento dos desejos, potências e necessidades dos educandos atendidos pela sua organização.

Boa leitura!



O direito à educação na e para além da escola

A escola pública brasileira, sem dúvidas, é um dos equipamentos mais importantes e presentes no tecido social do país. Muitas vezes é a escola a única materialização do poder público em uma comunidade. Contudo, o ato de educar não se restringe e não pode ser limitado apenas a ela. Como apresentado por importantes pensadores e educadores brasileiros e do mundo, aprende-se ao longo de toda a vida, e em todos os lugares.

Historicamente, nosso país tem desafios significativos em relação à escolarização, educação, proteção e assistência às crianças, adolescentes e jovens. O Brasil tardou muito em garantir uma escola pública e universal. Foi só em meados da década de 1980 que, de fato, se iniciou um processo de expansão das matrículas na rede pública, suplantado pela Constituição Federal de 1988 e foi apenas em 2009, com a Lei 12.061, que o Ensino Médio e a Educação Infantil tornaram-se etapas obrigatórias e de responsabilidade do Estado. Antes, apenas os anos de Ensino Fundamental eram garantidos por lei.

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Artigo 205 da Constituição Federal

Com a redemocratização do país, no final da década de 1980 e início da década de 1990, houve um aumento expressivo de organizações sociais não-governamentais, ampliando a atuação do movimento social de base, outrora destinado aos partidos políticos, sindicatos, serviços pastorais, associações comunitárias e religiosas. Impulsionadas também pela expansão de oportunidades de financiamento internacionais e crescente atuação das agências intergovernamentais como a Organização das Nações Unidas e Banco Mundial nos países em desenvolvimento, estas organizações passaram a atuar em dois caminhos paralelos, muitas vezes interconectados: no fortalecimento da proteção social para populações em vulnerabilidade e na construção de estratégias e ferramentas para ampliação da participação da sociedade civil nos territórios.

Importantes ações de incidência em políticas governamentais surgiram nesse contexto. Entre os muitos exemplos, destacam-se os movimentos pela criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990.

Ações da Assistência Social

A Lei 8.742/93, também conhecida como LOAS, foi responsável por normatizar as responsabilidades da Assistência Social no País, garantindo dois tipos de proteção social aos cidadãos brasileiros:

- Proteção Social Básica: para atender famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social, fortalecendo os seus vínculos e os da comunidade em que pertencem;
- Proteção Social Especial: para reconstruir famílias e comunidades que foram desprovidas de seus direitos.

Acesse também os materiais do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas): <http://www.congemas.org.br/>

De acordo com a pesquisadora Maria da Glória Gohn, em artigo publicado sobre o tema¹, o final do século foi marcado por crises da economia globalizada e mudanças muito rápidas nos meios de comunicação, que levaram o debate social para o primeiro plano. Com a chegada dos anos 2000, cresceram as reivindicações por melhores condições de saúde, educação e por direito à informação e comunicação. Paralelamente, segundo a pesquisadora, estas crises também estimularam inovações e novas oportunidades e relações entre as pessoas e os setores sociais. Entre elas, o das organizações da sociedade civil (OSCs), que passaram a atuar não apenas diretamente na ponta, cumprindo muitas vezes o papel do Estado, mas a incidir em políticas públicas e a capitanear, muitas vezes em parceria com o setor privado, novas formas e culturas de associativismo.

Diferentes formas de educar e aprender

Desde a década de 1950, inicialmente nos países europeus e norte-americanos no contexto do Pós-Guerra, pesquisadores passaram a sistematizar a educação em três esferas distintas: a educação formal, protagonizada essencialmente por centros educativos formais públicos, filantrópicos ou particulares; a educação não-formal, que acontece fora dos espaços formais, mas que têm intencionalidade pedagógica ou socioassistencial; e a educação informal, que compreende todos os processos educativos espontâneos ou naturais, frutos de experiências cotidianas e próprios da interação humana.

¹ Leia o artigo completo: Gohn, MG. Educação não-formal, Novo Associativismo e Terceiro Setor no Brasil. 22ª Reunião da Anped, 1999.

Tipos de Educação

Podemos organizar a educação em três campos distintos, de acordo com seu objetivo e lócus de atuação.

Tipos de Educação	EDUCAÇÃO FORMAL	EDUCAÇÃO INFORMAL	EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL
			
Características	Educação desenvolvida nas escolas, com conteúdos e expectativas de aprendizagem demarcados e regulamentados	Ações e consequências de um processo natural e espontâneo da interação humana ou da interação com objetos	Atividades em que há intencionalidade educativa deliberada fora do ambiente formal de educação
Lócus	Creches, Escolas, Faculdades, Universidades e Centros de Educação Especial/ Inclusiva	Na vida: em casa, na rua, no território. Sozinho(a) ou com outras pessoas	Projetos, organizações, coletivos e associações civis, espaços e atividades online não formais, entre outros
Palavras-chave	Escola, sistema educacional, política educacional	Aprender na vida, encontro, interações	Intencionalidade, articulação, complementar

Fonte: Baseado no ensaio Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas de Maria da Glória Gohn, publicado em 2006 na revista Avaliação e Políticas Públicas em Educação.

Enquanto as atividades educativas formais têm por pressuposto garantir ao educando algum tipo de certificação e responder a objetivos comuns de aprendizagem, normalmente regulados por legislações específicas, a não-formal responde à intenção de oferecer aos sujeitos aprendizagens ou oportunidades de desenvolvimento fora do ambiente escolar tradicional, muitas vezes, atuando como complementação do mesmo.

Para a pesquisadora Maria da Glória Gohn, a educação não-formal reside na intersecção das experiências formais e informais, mas sua prática é sempre sistemática e intencional. Ou seja, há uma interação mediada entre os sujeitos a fim de se atingir um determinado conjunto de objetivos. A educação não-formal se dá em múltiplos espaços, desde as tradicionais organizações socioassistenciais e socioeducativas a equipamentos museológicos, parques, jardins botânicos, entre outros.

De acordo com a Equipe Educação e Comunidade do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) na publicação *Muitos Lugares para Aprender, no Brasil*, as atividades desempenhadas na educação não-formal normalmente são de utilidade pública e oferecidas gratuitamente. Em alguma medida, elas constituem um bem público comunitário e capital social das próprias comunidades em que se inserem, uma vez que “possuem um projeto pedagógico singular, considerando cuidados, socialização e participação na vida da comunidade².” Ao mesmo tempo, a participação nessa esfera é muitas vezes “um rito de iniciação das crianças e adolescentes na vida pública da comunidade”, em especial para aqueles vulnerabilizados pelas condições de pobreza e exclusão.

² CENPEC. *Muitos lugares para aprender*. São Paulo; CENPEC / Fundação Itaú Social / Unicef, 2003.



“(...) a escola é um dentre os muitos agentes educativos de uma sociedade. Na tentativa de organizar o discurso sobre esse fenômeno, há quem distinga a educação que acontece nas escolas da que acontece nos outros lugares utilizando os qualitativos de formal, não formal e informal, sendo o formal aquele marcado pelo reconhecimento burocrático das certificações. O não formal fica relegado aos demais agentes da sociedade, dentre os quais destacam-se as ONGs, ou organizações não governamentais, o que dobra o número de negativas no raciocínio. Toda definição negativa carrega uma forte valorização, tratando-se de algo menos relevante ou definível.

Ao recusarmos as definições negativas, enxergamos a potência e multiplicidade da educação que acontece nos muitos lugares sob responsabilidade dos diversos agentes. Além da família, mais facilmente lembrada, reconhecemos a educação que acontece nas associações comunitárias, entidades religiosas, empresas, nos movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, coletivos, além dos equipamentos públicos e privados de outros setores, como a cultura, o meio ambiente, os Direitos Humanos, o esporte, a saúde e a assistência social.”

Helena Singer no artigo Educação fora da escola é educação dentro de vários lugares, publicado na Revista do Sesc SP.³



³ Singer, Helena. *Educação fora da escola é educação dentro de vários lugares*. São Paulo, Revista do SESC SP, 1º de Junho de 2020.

Globalmente, mas em particular no Brasil, a educação não-formal reside na intersecção das políticas educacionais e das assistenciais ou de proteção, contemplando os dois aspectos em uma mesma ação ou grupo de atividades.



As organizações que oferecem a educação não-formal, em especial as organizações sociais, têm então um papel sociopolítico fundamental. Ao passo que apoiam o desenvolvimento dos sujeitos e os protegem, os impulsionam a assumir seus espaços na vida pública, fortalecendo seus vínculos com o território e o sentimento de pertencimento na comunidade. Como escreve Gohn em artigo sobre o tema,

“A educação não-formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo.”

Maria da Glória Gohn, no artigo *Educação não-formal na pedagogia social*.⁴

Com o passar do tempo, o caráter assistencial da educação não-formal, embora importante e necessário, foi dando lugar a atividades educativas melhor construídas. **O que antes tinha um caráter difuso, próprio da experimentação e do ineditismo das ações, foi ganhando concretude e maior sistematização.** Isto é, as organizações passaram a refletir não apenas sobre como proteger e atender as necessidades imediatas dessa criança ou adolescente, mas a refletir como apoiar seu desenvolvimento, fortalecer sua participação na vida pública e compreender o que são os objetivos próprios dessa esfera educacional.

Estação em movimento

Ao elaborar o seu Projeto Político Pedagógico, a Estação Conhecimento reúne os diferentes saberes e fazeres presentes na instituição em um projeto comum, que fortalece a sua identidade institucional e reafirma sua contribuição ao desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens dos territórios de Brumadinho.

⁴ GOHN, MG. *Educação não-formal na pedagogia social*, 2006, p. 29

Esses movimentos de autorreflexão das organizações sociais foram muito impulsionados também pelas premissas e iniciativas da **Educação Popular**, uma concepção educacional que entende que o conhecimento é construído e referenciado na realidade, a partir da participação e envolvimento dos sujeitos, rompendo com as diferenças entre quem sabe e ensina de quem não sabe e aprende.

Educação popular

A educação popular tem por conceito-base que todos constroem ativamente o conhecimento a partir de suas realidades e que o fazer educativo deve necessariamente ser emancipador dos sujeitos. Pautada nas teorias e práticas de Paulo Freire, a educação popular vê os processos educativos como ferramentas de transformação social, orientados pelas premissas de liberdade, justiça, igualdade e felicidade.

Desde a década de 1990, e principalmente nos anos 2000, as organizações sociais passaram a fortalecer a agenda da educação popular, investindo em métodos e atividades ao mesmo tempo que focadas no desenvolvimento de cada educando, oportunizando caminhos de integração e fortalecimento territorial. Sem ter que responder ao currículo tradicional, estas instituições viabilizaram processos educativos mais dinâmicos, com grande capacidade de inovação, ampliando linguagens e metodologias a partir das demandas e interesses das crianças e adolescentes atendidos.

Esse processo - bastante revolucionário - impactou fortemente o terceiro setor como o locus de oportunidades formativas contemporâneas, mais conectadas com as características das crianças, adolescentes e jovens do mundo atual, chamando a atenção de escolas e políticas educacionais, que passaram a encampar e fazer uso dessa forma de fazer no cotidiano da educação formal.

Na história do país, importantes iniciativas sustentaram esse diálogo territorial e de ampliação de oportunidades e da rede de proteção ao educando, antes mesmo da formalização ou estruturação das organizações sociais como conhecemos hoje. Experiências como o Centro Educacional Carneiro Ribeiro e as Escolas-Parque implementados na década de 1950, inicialmente na Bahia e depois em Brasília, foram dois esforços importantes do educador, gestor público e pensador Anísio Teixeira, e que ajudaram a traçar as bases da agenda da Educação Integral no país. Essas duas profícuas experiências tinham como base a ideia de que a escola – nos moldes em que foi implementada no Brasil – não daria conta sozinha das múltiplas demandas dos educandos e que os processos de ensino e aprendizagem necessariamente requeririam uma formação ampla, capaz de apoiar os estudantes a responderem às demandas concretas da sociedade.

Segundo o próprio Anísio, no texto A crise educacional brasileira, publicado em 1953, “a escola em parte já é de si uma instituição artificial e abstrata, destinada a complementar, apenas, a ação de educação, muito mais extensa e profunda, que outras instituições e a própria vida ministram. **Deve, portanto, não só ajustar-se, mas completar-se com as demais instituições e o meio físico e social.**”⁵

Uma referência permanente

Nascido em Caetité (BA) em 1900, Anísio Teixeira assumiu diferentes cargos públicos na educação brasileira e foi responsável pela criação de órgãos fundamentais no país e que existem até hoje, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que hoje leva o seu nome, a Universidade de Brasília (UNB) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Seus estudos e posicionamentos também contribuíram mesmo após a sua morte para a elaboração do Fundef/Fundeb e para o CAQ/CAQi, discutindo a necessidade do investimento financeiro da União na educação pública brasileira.

⁵ TEIXEIRA, A. A crise educacional brasileira. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.19, n.50, abr./jun. 1953. p.20-43.

Alguns anos mais tarde, o educador e gestor Darcy Ribeiro, inspirado nas propostas de Anísio, desenvolveu os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) no Rio de Janeiro. As escolas funcionavam em jornada ampliada e ofertavam atendimento médico, odontológico e assistencial aos estudantes.

Em 2007, a partir da criação do Programa Mais Educação, esse vínculo entre organizações sociais e escolas ganhou a esfera da política nacional em escala. Nesse arranjo, escolas passaram a receber educadores sociais em seus ambientes ou a estabelecer parcerias com organizações locais para oportunizar novas aprendizagens aos estudantes. Comumente ofertadas no contraturno escolar, esse intercâmbio provocou bastante a compreensão da intersecção entre escola e território para o desenvolvimento dos estudantes. O programa, implementado nos moldes originais até 2016, alcançou a quase totalidade de municípios nas cinco regiões do país e ajudou a valorizar não apenas a integração entre escolas e territórios, mas o próprio papel das OSCs na aprendizagem das crianças, adolescentes e jovens.

.....

“Outra característica marcante da educação promovida pelas comunidades, organizações da sociedade civil e equipamentos dos diversos setores é o foco na ação. Ao contrário do que muitos imaginam, a educação que acontece nesses espaços faz uso de metodologias diversas, embasadas em pesquisa e reflexão, reinventadas por educadores comprometidos com o desenvolvimento de seus educandos. Em geral, predominam metodologias ativas, que valorizam os interesses e as capacidades das crianças e dos adolescentes, possibilitando que desenvolvam projetos do seu interesse e fortalecem suas comunidades. São as famosas metodologias ativas e pedagogia por projeto, que lentamente são introduzidas nos ambientes escolares, embora já sejam presentes há bastante tempo em outros ambientes educativos.”

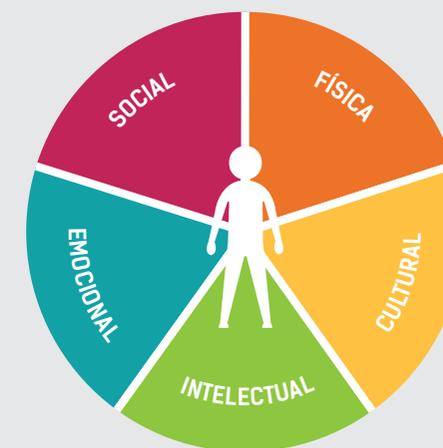
Helena Singer no artigo Educação fora da escola é educação dentro de vários lugares, publicado na Revista do Sesc SP.⁶

.....

⁶ Singer, Helena. Educação fora da escola é educação dentro de vários lugares. São Paulo, Revista do SESC SP, 1º de Junho de 2020.

Educação Integral: projeto coletivo e compartilhado

As diferentes experiências brasileiras foram fortemente sustentadas a partir da ideia de que todos os sujeitos são multidimensionais e que, portanto, a educação deve focar não apenas no desenvolvimento intelectual, mas na promoção de oportunidades de participação, convivência, valorização e ampliação do repertório cultural dos sujeitos e suas comunidades, entre outras atividades necessárias ao pleno desenvolvimento dos mesmos.



Fonte: Adaptado de Educação Integral Na Prática

Sustentada pela Constituição Federal como objetivo da educação no país, **a ideia de desenvolvimento integral ou pleno desenvolvimento exige uma interlocução de diferentes tempos, espaços e agentes** capazes de mobilizar as dimensões física, social, emocional, intelectual e cultural dos sujeitos. Nessa perspectiva, para além da escola e as relações que esta estabelece na comunidade em que se insere, os diferentes equipamentos de um território são fundamentais.

Certamente, a escola tem uma especificidade educativa que é necessária para todos, e que deve ser ratificada e sustentada, inclusive pelas organizações que atuam na esfera não-formal da educação. Nesse sentido, a perspectiva da Educação Integral, que ganha força a partir da mobilização de políticas e práticas implementadas por educadores e educadoras em todo o Brasil nas últimas décadas, conecta as diferentes formas de educar (educação formal, educação não-formal e educação informal) em um projeto coletivo, no qual as diferentes instituições e atores de um território se corresponsabilizam pelo pleno desenvolvimento das pessoas.

Territorializada, a Educação Integral compreende que a educação é um **projeto coletivo**, cuja tarefa central é garantir o **direito à educação** e à **proteção integral** de crianças, adolescentes e jovens.

Ora, se esse paradigma pressupõe que a escola tem por responsabilidade apoiar o desenvolvimento integral dos estudantes a partir de um cânone e linguagens que lhes são próprias, quais seriam então os **saberes ou caminhos de ensinar que devem ser oportunizados pelas OSCs?**

As organizações atuam e devem atuar em uma miríade de possibilidades, a partir de diferentes linguagens, seja pelo esporte, pelas artes, pelas novas tecnologias, por projetos de intervenção comunitária ou por estratégias de empreendedorismo. A questão está na **intencionalidade pedagógica**. Ou seja, hoje, não cabe mais às organizações a ação puramente assistencial e sim um trabalho educativo de fato sistematizado, intencional e atento às demandas de desenvolvimento integral dos sujeitos. Ao mesmo tempo, não cabe às organizações suprir ou replicar a ação escolar, mesmo que suas ações reflitam em melhorias na aprendizagem. Como apresenta a pesquisadora Isa Maria Guará, em um dos artigos do livro *Muitos lugares de aprender*, as organizações, inclusive, “podem usar a legitimidade social que possuem para mobilizar a comunidade na luta por uma escola de qualidade junto ao poder público local, ou ainda para procurar a direção ou o Conselho de Escola e discutir alternativas de solução.”

Estação em movimento

O Projeto Político Pedagógico da Estação Conhecimento Brumadinho consolidou diretrizes para sua atuação. Além de observá-las, é fundamental que suas práticas educativas estabeleçam uma intencionalidade clara, que possa ser observada ao longo do planejamento, desenvolvimento e implementação das atividades.

De olho nos dados!

Em 2021, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), existem quase 800 mil organizações da sociedade civil (OSCs) no Brasil. Em Minas Gerais, são quase 90 mil organizações e na cidade de Brumadinho cerca de 270 organizações estão em atividade. As OSCs se dividem em oito grandes áreas de atuação: Assistência social, Associações patronais e profissionais, Cultura e recreação, Desenvolvimento e defesa de direitos e interesses, Educação e pesquisa, Saúde, Religião, e outras.

Saiba mais e acompanhe os dados em <https://mapaosc.ipea.gov.br/>

Por terem mais liberdade e penetrância no território, as organizações da sociedade civil mobilizam conhecimentos e habilidades fundamentais para o exercício da cidadania, valorização das identidades e culturas das comunidades e, principalmente, na construção de um sentido para aquilo que se ensina e se aprende.

As OSCs e o Território Educativo

Ao dialogarem e vivenciarem mais proximamente o território, as organizações permitem aos educandos algumas experiências fundamentais, que materializam três campos interconectados: o reconhecimento ou pertencimento a algum lugar, a compreensão sócio-histórica e geográfica desse local e a efetivação da participação e do direito de nele estar e viver e nele interferir ou transformá-lo.

Conhecer o local onde se vive ou se passa parte do seu tempo é fundamental, pois permite aos educandos a possibilidade de **conhecer sua própria história**. A partir da escuta dos moradores, de visitas aos espaços da comunidade, e da investigação ativa dos potenciais educativos locais, os educandos não apenas aprendem conteúdos relacionados ao chamado cânone escolar, mas sobre **a importância de pertencer a algum lugar**.

Ao mesmo tempo, quando os educandos são convidados a sair para territórios distintos dos seus, eles são estimulados a perceber, reconhecer e acessar diferentes culturas e modos de vida, ampliando seus imaginários e percepções sobre o que constituem as diferentes cidades e comunidades.

Essas explorações permitem que os conhecimentos trabalhados na escola ou nas atividades ofertadas pelas OSCs ganhem tangibilidade e sentido. Ou seja, o aprender se dá a partir de vivências e práticas culturais concretas: as relações que estabelecem, os saberes que já trazem para a escola, as crenças e valores com os quais os educandos se identificam viram insumos para compreender temas abstratos ou distantes do cotidiano. Ao mesmo tempo, identificar questões ambientais ou questões sócio-históricas de um local, ajudam, ao mesmo tempo, a construir uma dinâmica de participação cidadã.

Essa participação se dá a partir da percepção de que a vida acontece em sociedade, nessa dimensão de tempo-espço que chamamos território. É no território que as distinções culturais e sociais se estabelecem e se reproduzem. Compreendê-las é o primeiro passo para estimular que as crianças, adolescentes e jovens se reconheçam enquanto cidadãos, tendo como um de seus direitos, **o direito ao próprio território**.

Currículo da Cidade Educadora

O Currículo da Cidade Educadora é uma iniciativa da Cidade Escola Aprendiz que busca promover a cidade como Território Educativo. Nele você encontra caminhos para articular suas práticas educativas com saberes e potenciais educativos locais.

Confira: <https://educacaoeterritorio.org.br/especiais/curriculo-da-cidade-educadora>

Se considerarmos que às populações mais vulneráveis vem sendo sistematicamente negado o direito à cidade, quando a organização intencionalmente busca reverter essa lógica, ocupando o espaço público que é de direito de seus educandos, ela não apenas reafirma o direito deles à própria cidade como contribui para reparar injustiças historicamente construídas.

Paralelamente, abre-se espaço para a valorização das culturas e saberes produzidos pelas comunidades, permitindo que expressões, costumes, estéticas e crenças da vida cotidiana dos educandos possam se articular ao processo educativo.

Esse conjunto de estratégias que englobam educar e aprender “no território”, “com o território” e “o território” contribui para fortalecer os denominados **Territórios Educativos**; ou seja, aqueles territórios cujas políticas, espaços, tempos e agentes assumem um papel formativo na vida dos sujeitos.

Aprender no território para:



Conhecer e reconhecer



Construção de sentido



Vivência da cidadania



Direito à cidade



Ampliação do currículo



Outros jeitos de aprender



Transformação social

Saberes que transformam

Mas, para além de todas as oportunidades que nascem do reconhecimento do território como espaço vivo de aprendizagem, é necessário refletir sobre as dinâmicas e práticas educativas que acontecem no cotidiano das organizações sociais. Essas metodologias, associadas aos objetivos da organização, fazem parte do seu currículo. Mesmo sem estar formalizado, toda instituição educativa ou socioassistencial tem um currículo em curso.

Importantes pesquisadores como Philippe Perrenaud, Henry Giroux e José Gimeno Sacristán destacam ainda que o currículo é resultado não apenas das eventuais normativas e objetivos sistematizados, mas das interações entre as pessoas, suas diferentes intencionalidades e práticas e condutas influenciadas pela subjetividade de cada agente envolvido no processo educativo. Ou seja, mesmo quando há um currículo objetivo em curso, há um currículo oculto ou subjetivo, que condiciona ações e práticas cotidianas na organização.

Tudo que acontece em uma organização - do horário e características do momento do lanche, à forma como os educandos iniciam as atividades à condução das atividades em si - é suplantado e regado pelo seu currículo. Por isso, sua materialização em um documento organizador é fundamental, especialmente quando fortalecido pela compreensão coletiva de todos os envolvidos em um Projeto Político Pedagógico da instituição.

Fonte: Adaptado do Centro de Referências em Educação Integral. Saiba mais em: <https://educacaointegral.org.br/metodologias/por-que-aprender-educar-territorio/>

Princípios da Ação Educativa

Acreditamos na educação como geradora de cidadania porque:

- O acesso ao saber e ao conhecimento e sua apropriação são importantes instrumentos de justiça social; a educação é um direito de todos, dever do Estado e da família.
- A Educação Integral e de qualidade possibilita e garante o ingresso, o regresso, a permanência e o sucesso na escola e na vida; as diversidades e peculiaridades das comunidades precisam ser respeitadas e atendidas. Para isso, é necessária a mobilização de todos, articulando-se em conjunto na busca de alternativas que solucionem os seus próprios problemas locais; as ações complementares à escola inserem-se no campo das políticas públicas.
- As crianças e os adolescentes são sujeitos capazes de aprender e com um potencial a ser desenvolvido. As diversas situações de aprendizagem devem partir do universo dos sujeitos que aprendem.
- A articulação com a escola formal insere-se na perspectiva da Educação Integral de crianças e adolescentes.
- No processo educativo que acontece na relação ensino-aprendizagem desenvolvem-se atitudes, habilidades e valores fundamentados nas aprendizagens básicas, consolidadas nos quatro pilares da educação propostos pela Unesco: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser.
- Ações educativas desenvolvidas em comunidades em situação de pobreza incluem as dimensões de assistência social e de cuidados com a saúde, ao mesmo tempo em que se articulam com essas políticas.
- Ações educativas realizadas por organizações da sociedade civil precisam ser compreendidas como integrantes de uma comunidade de aprendizagem, considerando portanto, o contexto socioambiental, a cultura local, seus produtos e problemas, como ocasião de aprendizagem.
- Os profissionais envolvidos na ação educativa de crianças e adolescentes demandam um processo de formação permanente e contínua referenciado nos quatro pilares – aprendizagens básicas – e no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- O trabalho voluntário é visto como estratégia de sensibilização e mobilização da sociedade para as questões da infância e da juventude, e deve estar vinculado aos objetivos dos programas desenvolvidos.

Fonte: CENPEC. Muitos lugares para Aprender, pp. 14-15, 2003.

Considerando as diferentes naturezas das organizações sociais no Brasil, podemos elencar algumas práticas associadas à Educação Integral comumente encontradas nelas e que estão explicitamente ou implicitamente presentes em seus currículos e/ou Projetos Político Pedagógicos:

Participação e Protagonismo dos educandos: Espaços de fala e construção coletiva são essenciais para estimular o pertencimento e o reconhecimento dos educandos como parte da organização. Isso pode ser feito a partir da escuta acerca de seus interesses e demandas, do planejamento de seus próprios trabalhos, de experiências ativas de aprendizagem, do engajamento nas ações propostas pela instituição, dentre outras formas.

Engajamento das famílias e comunidade: A existência de mecanismos de escuta e diálogo com os familiares e agentes do território (comunidade do entorno, instituições parceiras, centros culturais, escolas, serviços de assistência e saúde, entre outros) ajuda a fortalecer uma rede de aprendizagem e proteção às crianças, adolescentes e jovens.

Estação em movimento

O PPP da EC Brumadinho estabelece um conjunto de diretrizes para a atuação em rede, práticas educativas e diálogo com a família que devem ser observadas nos planejamentos periódicos do equipamento e de todo o conjunto da equipe que nele atua.

Múltiplas linguagens: Apoiar os estudantes a compreender e explicar o mundo de diferentes formas é uma tarefa bastante importante das organizações educativas, sejam elas escolares ou não. Fazer uso das novas tecnologias, trazer a literatura clássica e popular, fazer uso da música, do teatro, das ciências, do corpo e esporte como linguagens e ferramentas ativas de investigação amplia o repertório dos educandos, e possibilita a criação de novas formas de representar, experienciar e pesquisar os fenômenos e conceitos trabalhados nas atividades da organização.

Experimentação: Talvez uma das grandes potências das OSCs, a experimentação permite explorar o mundo sem medo de errar. O aprender a aprender e o racional científico a partir das hipóteses dos educandos são aprendizagens conectadas com a sociedade do conhecimento, e com as demandas para a vida em sociedade e no trabalho. Essa dimensão também aguça a curiosidade e a imaginação, abrindo espaço para a criação.

Educador mediador: Com forte herança da Educação Popular, na perspectiva da Educação Integral, os educadores são mediadores do processo de aprendizagem e desenvolvimento dos educandos. Segundo Paulo Freire, o educador deve estabelecer uma relação dialógica entre o ensinar e aprender; em que aquele que ensina também aprende. Educando e educador aprendem juntos, em um encontro democrático e de afeto.

Um mestre de muitos ensinamentos

Nascido em 1921, no Recife (PE), Paulo Freire foi um dos pensadores mais importantes da educação mundial. Reconhecido nacional e internacionalmente, as contribuições freirianas se estenderam para além do vasto campo da pedagogia, para os estudos da sociologia, da política, das artes e da psicologia. Foi o brasileiro mais homenageado da história, com múltiplos títulos honoris causa em várias universidades do globo e o prêmio da Educação para a Paz (1986) outorgado pela UNESCO e, em 13 de abril de 2012, se tornou o Patrono da Educação brasileira.

Ambiência e cultura de paz: Promover um ambiente de valorização das diferenças, respeito à discordância pacífica e construção coletiva de saberes é extremamente importante para o desenvolvimento de sujeitos responsáveis por si próprios e por suas comunidades. Apoiar os educandos a se reconhecerem enquanto sujeitos produtores de uma cultura de paz significa abrir espaço e possibilidades de diálogo, de justiça restaurativa e reparação de danos e de resolução de conflitos. Nessa perspectiva, todos - educandos, educadores, funcionários de apoio, gestores, familiares - são convidados a perceber os próprios comportamentos e valores, bem como fortalecer a alteridade e empatia.

Avaliação: Acompanhar o desenvolvimento dos educandos é fundamental também na atividade das OSCs. Determinar expectativas, habilidades que devem ser alcançadas e monitorá-las deve envolver ativamente os educandos, educadores, gestores e comunidade, em um grande pacto colaborativo. Na Educação Integral, a avaliação é uma ferramenta de compreensão de cada sujeito, do coletivo e das condições ofertadas para o desenvolvimento de cada um.

Dica!

Acesse o material Avaliação na Educação Integral: Elaboração de novos referenciais para políticas e programas, produzido pelo Centro de Referências em Educação Integral, em parceria com a MOVE-Avaliação Educacional e o Itaú Social.

<https://bit.ly/3kEerJf>

E, além de uma vasta gama de metodologias e da interação com o território, na perspectiva da Educação Integral, as OSCs têm ainda outro papel fundamental: um lugar político de transformação social.



Pergunta-se frequentemente: qual é a real necessidade dos excluídos? Aos pobres basta o alimento? Aos discriminados basta a lei? Às crianças basta o acesso à escola? É evidente que não. Essas são medidas fundamentais, mas não são suficientes. Os excluídos, como todos os homens, têm fome de dignidade. Eles desejam ser reconhecidos como “gente”, como seres humanos. Necessitam de afeto, de atenção, de sentir que realmente são únicos e que, ao mesmo tempo, são iguais aos seus semelhantes, o que lhes é negado nas relações sociais injustas e discriminadoras. Suas necessidades e desejos não se esgotam na luta pela sobrevivência biológica. O impulso natural de conservação da vida exige a expansão de suas possibilidades, que é o fundamento do processo de humanização. A alegria, a felicidade e a liberdade são necessidades tão fundamentais quanto aquelas, classicamente, conhecidas como básicas: alimentação, abrigo e reprodução.

Bader Burihan Sawaia, em trecho do artigo Fome de felicidade e liberdade, parte do livro Muitos lugares para Aprender, do Cenpec.



Em consonância com as demandas urgentes do século 21, cabe às OSCs viabilizar caminhos para que cada indivíduo seja reconhecido em sua multidimensionalidade, como sujeito de direitos e como autores de seu próprio percurso de vida e de aprendizagem. Nessa perspectiva, as organizações têm o papel de enfrentar ativamente as desigualdades, garantindo, a partir do diálogo entre educadores, educandos e comunidade que suas práticas e atividades cotidianas sejam antirracistas, anti-homofóbicas, antissexistas e de fato inclusivas e valorizadoras da diversidade humana.

Estação em movimento

Como apresentado no PPP da EC Brumadinho, Projetos de Vida são estratégias muito potentes para apoiar os educandos a se desenvolverem integralmente. A chave está em construir processos de fato pautados nos desejos e necessidades de cada um, ao mesmo tempo, reconhecendo e estimulando o fazer colaborativo e a atenção ao coletivo.

Discutir ativamente a sociedade em que vivemos, e apoiar as crianças e os jovens a se reconhecerem como sujeitos capazes de transformá-la a partir de seus próprios projetos pode ser um bom ponto de partida para elaborar planos coerentes com os anseios dos próprios educandos e responsáveis com a comunidade.

Em um país com desigualdades muito profundas, marcadas pelas histórias, memórias e corpos daqueles mais vulnerabilizados é preciso assumir uma agenda de reafirmação e luta pela efetivação dos direitos. Isso significa retomar, salvaguardar e fortalecer o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto da Juventude, conectando-os à perspectiva assistencial e a espaços, tempos e atividades educativas que de fato respondam aos interesses e necessidades dos educandos e da comunidade.

O enfrentamento a estas desigualdades se materializa não apenas em uma intenção subjetiva dos educadores, mas sobretudo em práticas concretas, pactuadas cotidianamente entre todos aqueles que fazem parte da organização. Ou seja, cabe à equipe da organização construir com seus educandos projetos que de fato os apoiem a romper com o ciclo de exclusão.



Articulação, articulação, **articulação!**

É claro que ações desta natureza não cabem à organização sozinha. Ao contrário, constituem uma missão a ser compartilhada com diferentes equipamentos e serviços do poder público e sociedade. Entre as conexões mais importantes, está a de que **organizações da sociedade civil interajam com as escolas** dos educandos que atendem. O diálogo com as unidades escolares contribui para:

- Apoiar a equipe da organização a compreender as demandas educacionais apresentadas pelas crianças, adolescentes e jovens e construir com as escolas caminhos para a superação desses desafios;
- Fortalecer o vínculo do educando com a escola, reduzindo os riscos de evasão e contribuindo para o combate à exclusão escolar;
- Integrar as instituições que compõem o itinerário formativo do educando, fortalecendo uma rede que seja capaz de apoiar o seu desenvolvimento integral e gerar aprendizagens significativas;
- Fortalecer a proteção integral às crianças, adolescentes e jovens, a partir da identificação de situações de risco e violação de direitos, e atuar em parceria com a escola para combatê-las.

De modo mais amplo, é fundamental que os diferentes equipamentos envolvidos no cotidiano dos educandos possam, a partir de suas identidades institucionais e planos de trabalho setoriais, construir caminhos de integração e convergência, uma vez que todos atendem a mesma criança. Essa diversidade de atores e instituições deve ser valorizada de modo que se possa contemplar diferentes olhares e empreender esforços coletivos em prol de objetivos comuns. Além de articular as políticas sociais, a chamada atuação intersetorial busca superar uma lógica de ações fragmentadas, facilitando a compreensão do sujeito e das suas relações no território, e garantindo ações mais qualificadas por todas as partes.

“ (...) na busca de garantir uma identidade própria, tende a ocorrer uma negação da qualidade do outro e uma supervalorização das vantagens e atributos de cada um, criando uma distância, quando não um confronto, entre escolas, agências e programas públicos e OSCs, em que os maiores prejudicados são as próprias crianças e jovens.”

Isa Maria F. Guará, no artigo “Educação, proteção social e muitos espaços para aprender”, publicado em Muitos espaços para Aprender, do Cenpec.

Estas interlocuções permanentes - com a escola, equipamento de saúde, equipamento da assistência, conselho tutelar, entre outros - podem ser importantes ferramentas também para evitar a sobreposição de papéis, o desperdício de recursos e encaminhamentos desnecessários ou ineficazes. Como o próprio nome indica, o Sistema de Garantia de Direitos da criança, adolescente e jovens, deve funcionar de forma coordenada, buscando que seus diferentes elementos, cada qual com sua função, operem individual e coletivamente.

Ao participar ativamente desta rede e integrar suas ações educativas às demais atividades da rede de proteção das crianças, adolescentes e jovens, as OSCs reiteram seu papel social e sua capacidade de transformação do território, novamente, ampliando a lógica assistencial direta para uma atuação mais contemporânea, participante ativa do processo de inovação no terceiro setor.

Estação em movimento

O PPP da EC Brumadinho é uma excelente ferramenta para pautar o trabalho colaborativo tanto internamente, quanto com e na comunidade. Para que todos compreendam os objetivos e a visão do equipamento, compartilhar o documento é fundamental! Mas, é nas ações cotidianas, especialmente no diálogo com o território, que o documento deve estar presente, guardando coerência entre o que se deseja e o que se pratica!



Referências

complementares

Para ver

As ONGs e os desafios da Educação Integral

Entrevista com Maria Amábile Manssuti e Mônica Trindade sobre a contribuição das ONGs na constituição de uma rede de Educação Integral no país.

<https://goo.gl/Q9mLqC>

Letramentos em espaços educativos não escolares: os jovens, a leitura e a escrita

Vídeo que apresenta debates e discussões sobre o papel das Organizações da Sociedade Civil, em evento de lançamento do livro Letramentos em espaços educativos não escolares: os jovens, a leitura e a escrita, de Márcia Mendonça e Clecio Bunzen.

<https://bit.ly/3kEerJf>

Para ler

Muitos lugares para aprender

Publicação do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) que reúne um conjunto de artigos sobre a importância e os caminhos de aprender no e com o território.

<https://www.cenpec.org.br/acervo/muitos-lugares-para-aprender>

Educação como Exercício de Diversidade

Volume da coleção Educação para Todos sobre a construção de uma política educacional que reconheça os segmentos que compõem a sociedade, com as suas necessidades específicas de aprendizagem e desenvolvimento.

<https://bit.ly/3q1JC1T>

Sistema de Garantia de Direitos

Verbetes do Glossário do Centro de Referências em Educação Integral que conceitua a a proposta e funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos.

<https://educacaointegral.org.br/glossario/sistema-de-garantia-de-direitos>

Para conhecer

Educação e Território

Iniciativa da Associação Cidade Escola Aprendiz que desenvolve ações estratégicas para o fortalecimento dessa agenda no Brasil. Por meio de projetos e experiências voltados à integração entre comunidades, escolas e território, o Programa fomenta a constituição de cidades orientadas para o desenvolvimento integral dos sujeitos.

<https://educacaoeterritorio.org.br/>

Experiências de Educação Integral na Comunidade

Mapeamento realizado pelo Centro de Referências em Educação Integral que reúne experiências e suas respectivas práticas de organizações sociais, coletivos e outras iniciativas comunitárias no Brasil e exterior.

<https://educacaointegral.org.br/experiencias/eixo/comunidade/>

Iniciativa:



Parceiros:

